

O ProSavana: transferência de tecnologia agrícola para “repetir em Moçambique o que eles fizeram no Cerrado 30 anos atrás”¹

Vanessa Perin²

“Nós, camponeses e camponesas, temos medo de ser expulsos das nossas terras, deslocados e reassentados em outras regiões como aconteceu em Tete. Assumimos que devemos mobilizar e resistir contra essas ocupações indevidas de nossas terras e comunidades. A remoção e deslocação forçada da população implicam uma ruptura, desestruturação e violência contra o ciclo secular de vida e nossa relação com a terra e com a natureza”. Augusto Mafigo, presidente da UNAC (União Nacional dos Camponeses de Moçambique).

RESUMO: O presente trabalho trata da implementação de um programa de cooperação internacional entre os governos de Moçambique, Japão e Brasil, denominado ProSavana, cuja estrutura compreende a execução de projetos de cooperação técnica para o desenvolvimento agrícola da região norte de Moçambique. A partir de uma problemática mais singular – a da transferência de tecnologia como uma forma de promoção do “desenvolvimento” – questiono como ao eclipsar problemáticas como direito a terra, distribuição da produção agrícola, impactos socioambientais, falta de transparência, ocultamento de informações e seus possíveis efeitos, a intervenção do programa, levada adiante e justificada a partir de uma razão eminentemente técnica, torna-se também instância de produção de resistências políticas. Para tanto, busco analisar alguns documentos (cartas, manifestos, artigos, relatórios, comunicados de imprensa, etc.) elaborados por organizações da sociedade civil moçambicana, principalmente aquelas ligadas à questão camponesa. Estas têm se posicionado massivamente contra tal empreendimento, inclusive criando um movimento pela suspensão do programa (o Não ao ProSavana). Colocando tais posicionamentos em perspectiva com a literatura antropológica que analisa grandes projetos do aparato do desenvolvimento e com os próprios documentos base do programa, pretendo descrever como o ProSavana se conecta a um fenômeno mais amplo de apropriação internacional de terras (global land grabbing).

PALAVRAS-CHAVE: cooperação internacional, desenvolvimento, técnica, política, Moçambique.

¹Trecho do discurso do Ministro da Agricultura de Moçambique ao convidar empresários brasileiros a investirem na região norte do país.

² Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ.

Lançado em 2009, o ProSAVANA consiste em um programa de cooperação triangular entre os governos de Moçambique, Japão e Brasil, cuja estrutura compreende a execução de projetos de cooperação técnica para o desenvolvimento agrícola da região norte de Moçambique. Tendo como base a experiência adquirida com o Programa de Cooperação Brasileira e Japonesa para o Desenvolvimento Agrícola do Cerrado (Prodecer)³, o programa busca gerar mudanças estruturais no sistema socioeconômico da região conhecida como Corredor de Nacala.

O presente artigo propõe abordar a implementação deste programa de cooperação internacional, observando como a intervenção realizada por este se conecta a questões como o direito à propriedade das terras na região, os impactos socioambientais produzidos pela mudança no modelo agrícola moçambicano, as críticas feitas por organizações não governamentais locais e transnacionais a respeito da falta de transparência e do ocultamento de informações pelos gestores do programa, a partir de uma problemática mais singular: a transferência de tecnologia como uma forma de promoção do “desenvolvimento”.

Em seu projeto, o ProSavana é descrito como um programa de apoio técnico, cujo objetivo seria o de melhorar a competitividade do setor agrícola da região do Corredor de Nacala, tanto para garantir a segurança alimentar da população local quanto para gerar excedentes exportáveis (ProSavana-Tec, 2011). Os primeiros documentos base do programa já apontavam que o modelo seguido por seus desenvolvedores visava integrar investimentos estrangeiros em larga escala com a produção de pequenos agricultores locais, em um esquema de contrato. Para tanto, estes agricultores receberiam um pacote tecnológico dos investidores (semente geneticamente modificadas, fertilizantes, inoculantes, pesticidas, maquinário e serviços de extensão) em troca de sua produção (Nogueira e Ollinaho, 2013). Tratava-se, dessa forma, da implantação de um sistema de produção agrícola intensivo e altamente tecnificado.

Declarações como a do presidente da Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão, afirmando que “Moçambique é um Mato Grosso no meio da África, com terra de graça, sem tanto impedimento ambiental e frete muito mais barato que para a

³A partir dos anos 70 o governo brasileiro passa a implementar diversos programas de desenvolvimento agrícola da região do Cerrado, baseados no uso intensivo de tecnologia advinda da chamada “revolução verde”, em financiamentos externos e no baixo custo da terra. Iniciado nos anos 80 enquanto uma iniciativa Nipo-Brasileira de cooperação, o Prodecer é tido como o mais bem sucedido destes programas, sendo responsável pela institucionalização do modelo de produção agrícola ainda hoje vigente na região: altamente tecnificado e mecanizado, visando a produção de commodities como soja e cana de açúcar para exportação, ocupando grandes áreas de terra.

China”⁴, têm despertado o interesse de produtores brasileiros ligados ao agronegócio em relação ao ProSavana. Desde 2011, o programa vem sendo acompanhado de perto por tais empresários através de seminários e visitas ao país. Em seu desenvolvimento estão envolvidas a Empresa Brasileira de Agropecuária (EMBRAPA), a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), o Centro Internacional de Investigação em Ciências Agrícolas do Japão (JIRCAS), juntamente com o Ministério da Agricultura de Moçambique (MINAG) e o Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM).

Apesar das inúmeras críticas feitas ao Prodecer⁵, um cenário de grande aumento dos preços dos produtos agrícolas e o crescente número de acordos de comércio que facilitaram os investimentos em commodities transformaram o programa em um caso de sucesso a ser exportado. O norte de Moçambique foi escolhido como o lugar apropriado para receber o modelo agrícola do Cerrado, uma vez que em ambas as regiões se encontram Savanas Tropicais⁶. Os primeiros movimentos dos promotores do ProSavana, deste modo, foram no sentido de ressaltar as semelhanças entre a região do Cerrado brasileiro e o Corredor de Nacala, descrito por estes como um local de “vastas terras inutilizadas”, com “baixa produtividade”, caracterizadas pela “escassez de alimentos e pobreza” situada em uma região climática de mesma latitude que o Cerrado.

Contudo, as primeiras visitas técnicas ao local mostraram que as semelhanças entre o Cerrado brasileiro e a Savana moçambicana não eram tão grandes assim. Esta última possui solos ricos e produtivos, além de recursos hídricos e áreas de reserva florestal. Assim, os desenvolvedores do projeto tiveram de modificar sua abordagem e “a ênfase nas semelhanças agronômicas quietamente substituiu o discurso anterior que enfatizava as semelhanças de clima e latitude” (Funada-Classen, 2013, p. 12). O problema da região passa então a ser descrito como técnico:

⁴ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me1408201102.htm>

⁵ Principalmente no que se refere à instauração de uma situação de insegurança alimentar na região, a criação de uma massa de trabalhadores rurais sem terras e de pequenos produtores sem condições de competir com os grandes produtores de commodities, além dos impactos ambientais negativos trazidos pelo uso de agrotóxicos nas lavouras e a própria redução na área do bioma cerrado. Sobre esta problemática consultar o trabalho de Inocêncio (2010).

⁶ Savana Tropical é uma categoria climática do sistema de classificação estabelecido no século XIX pelo geógrafo Wladimir Koppen, que descreve uma região em que se alternam períodos de chuva e de seca. Já outros sistemas classificam savana também a partir de sua vegetação, definindo-a como uma região de clima quente, com uma estação de seca, árvores escassas e dispersas. “O uso da classificação de Koppen é facilmente confundida com outro sistema de classificação na qual ‘savana’ é caracterizada como uma área aberta em que existem muitos animais e poucas árvores e que pode ser facilmente transformada em terra agrícola. Esse desvio do termo tem resultado em danos a florestas abertas em todo o mundo” (Funada-Classen, 2013, p. 10).

A savana tropical da região que se espalha até a parte Norte do país é identificada como a de maior potencial para a produção agrícola, já que a terra é especialmente adequada para a agricultura devido à boa quantidade de chuvas e a presença de vastas áreas. Esta região, entretanto, é majoritariamente inutilizada. Ademais, **agricultores de pequeno porte estão limitados devido a sua aderência a práticas agrícolas tradicionais, as quais são, em sua maioria, de agricultura extensiva, na qual tanto a produtividade para o consumo quanto para a venda não é alta. Até mesmo as técnicas utilizadas por agricultores médios ou de grande escala são limitadas e não muito produtivas.** Dessa forma, a expansão de terras cultivadas e o aumento da produtividade agrícola são esperados com **a introdução de tecnologia agrícola e de investimento** (JICA, Fevereiro de 2011 apud Funada-Classen, 2013, p. 11-12). Grifos meus.

Aumentar a produção agrícola tornou-se o objetivo mais importante do programa à medida que as terras do Corredor de Nacala passaram a ser vistas como vastas e inutilizadas, porém férteis, esperando apenas pela tecnologia e investimento daqueles que poderiam utilizá-la de modo mais eficiente: o agronegócio brasileiro.

Nesse sentido, o ProSavana foi estruturado a partir de três componentes básicos a serem desenvolvidos em um horizonte de vinte anos: um Projeto de Investigação (ProSavana-PI); um Plano Diretor (ProSavana-PD); e Projetos de Extensão (ProSavana-PE). O primeiro componente, inicialmente denominado ProSavana-Tec, tem como objetivo central a melhoria da capacidade de pesquisa do IIAM, a transferência de tecnologia em agricultura tropical, o estabelecimento de modelos agrícolas adequados para a região e a realização de estudos para a elaboração do *Plano Diretor*. Este será um plano abrangente de desenvolvimento agrícola para o corredor de Nacala. Já o terceiro componente tem por objetivo estabelecer projetos produtivos piloto no âmbito da agricultura comercial e familiar, através da oferta serviços de extensão.

O ProSavana é o maior programa brasileiro de desenvolvimento na área de cooperação técnica para agricultura em Moçambique. Desde a assinatura do acordo que lançou o programa, levantamentos de terreno e análises de solos têm sido realizados pela Embrapa, em parceria com o IIAM, através de programas de treinamento e transferência de tecnologia (Clements e Fernandes, 2012). No entanto, também desde os primeiros movimentos para implementação do programa, a UNAC (União Nacional dos Camponeses) já condenava a vinda dos agricultores brasileiros dedicados ao agronegócio e a possível transformação de grande parte dos camponeses moçambicanos em seus empregados e trabalhadores rurais, como mostra seu primeiro pronunciamento sobre o Prosavana:

Nós camponesas e camponeses, condenamos a forma como foi elaborado e se pensa implementar o ProSavana em Moçambique, caracterizado pela reduzida transparência e exclusão das organizações da sociedade civil em todo processo, em particular as organizações de camponeses. Após uma análise profunda do ProSavana, Nós camponesas e camponeses, concluímos que: O ProSavana é resultado de uma política que vem do topo para a base, sem no entanto levar em consideração as demandas, sonhos e anseios da base, particularmente dos camponeses do Corredor de Nacala; Condenamos veementemente qualquer iniciativa que preconize o reassentamento de comunidades e expropriação de terra dos camponeses, para dar lugar à mega projectos agrícolas de produção de monoculturas (soja, cana-de-açúcar, algodão etc.); Condenamos a vinda em massa de agricultores brasileiros que se dedicam ao agronegócio, transformando camponesas e camponeses moçambicanos em seus empregados e em trabalhadores rurais; Notamos com enorme preocupação que o ProSavana demanda milhões de hectares de terra ao longo do Corredor de Nacala, porém a realidade local mostra a falta de disponibilidade dessas extensões de terra, visto que a mesma é usada por camponeses com recurso à técnica de pousio. (Pronunciamento da UNAC sobre o ProSavana, 2012).

Tal declaração foi elaborada a partir da reunião realizada entre os camponeses em outubro de 2012 para discutir os avanços do programa, uma vez que a elaboração do *Plano Diretor* já havia sido iniciada sem que de fato os camponeses tivessem sido consultados. Para muitos desses camponeses tal reunião foi a primeira vez na qual receberam informações sobre o ProSavana. Já outros destacavam que “O governo convidou-nos a algumas reuniões, mas tudo que nos foi mostrado foram apresentações em power point, sem nenhuma oportunidade de levantar questões”⁷

O programa ProSavana foi hábil e convenientemente embrulhado numa elegante linguagem “verde” e tem sido apresentado aos moçambicanos e à comunidade internacional como um programa de “desenvolvimento agrícola sustentável”, deixando completamente de lado os potenciais impactos sociais e ambientais do mesmo. No entanto, num programa desta dimensão, em que se prevê ser necessário o reassentamento de comunidades, é preocupante perceber que estas pouco ou nada sabem do mesmo. É mais um programa desenhado e decidido ao mais elevado nível, sem qualquer envolvimento dos camponeses e comunidades locais, o dito público alvo. (Posição das ONGs Justiça Ambiental e FOE (Friends of Earth) Moçambique sobre o programa ProSavana, 2013)

As críticas sobre a falta de transparência e de um processo participativo na elaboração do programa se intensificaram após a divulgação não oficial de uma primeira versão do *Plano Diretor* do ProSavana, em 2013. Esta recomendava a formação de conglomerados produtivos (clusters)⁸, compreendidos enquanto “abordagens

⁷ Declaração do presidente da União Provincial das cooperativas de Nampula. Disponível em <http://farmlandgrab.org/21362>.

⁸ A estrutura de um conglomerado envolve todos os produtores e instituições ligados à cadeia de valor de um produto, como fornecedores de insumo, maquinário e infraestrutura, canais de comercialização, consumidores, produtores de bens complementares, empresas e setores afins. Podem ainda incluir instituições governamentais, universidades e centros de treinamento.

estratégicas para acelerar o desenvolvimento no interior de um determinado território” (Schlesinger, 2013, p. 27), por meio de ações integradas e específicas, elaboradas a partir do potencial agrícola, modo de uso da terra e restrição ambiental de cada região.

Dando início às atividades preparatórias para a formação destes conglomerados, foram escolhidos dezesseis projetos prioritários (Quick Impact Projects) que visavam aumentar a produtividade da cadeia de valor a que se aplicavam, ao gerar resultados visíveis em curto prazo. No entanto, a maior parte deles não definia com precisão seus beneficiários, localização ou magnitude, sendo assim praticamente impossível mensurar a dimensão e qualidade de seus impactos. Muitos requeriam ainda estudos de impacto ambiental e apontavam para a necessidade de desapropriação ou de reassentamento involuntário das populações camponesas locais.

Tais questões desencadearam uma série de manifestações contra o programa. “Sob a perspectiva da sociedade civil local e internacional, o ProSAVANA tornou-se o programa de desenvolvimento mais contestado de Moçambique. Todos os principais movimentos sociais do país colocaram-se publicamente contra” (Morais, 2013, p.6)

Não ao ProSavana: as críticas da sociedade civil moçambicana e dos camponeses do corredor de Nacala.

Sendo uma área de solos férteis e com recursos hídricos, o norte de Moçambique é também uma das regiões mais povoadas país. A propriedade das terras em Moçambique pertence ao Estado, entretanto estas podem ser utilizadas mediante um imposto anual equivalente a vinte e um reais por hectare, durante cinquenta anos renováveis por mais cinquenta. Uma vez que este regime de concessão também é aberto a estrangeiros e que a maioria da população rural não possui seus certificados de DUATS (Direito de Uso e Aproveitamento da Terra) formalmente registrados, os manifestantes temem que com a chegada de massivos investimentos externos esta população seja removida de suas terras em consequência do endividamento que um

regime de trabalho sob contrato pode produzir, ou por reassentamentos promovidos pelo governo moçambicano⁹.

Em um país onde cerca de 70% de seus habitantes vivem em áreas rurais, sendo que em torno de 76% da população economicamente ativa dedica-se predominantemente à agricultura, pecuária, pesca e caça (ORAM, 2012), a sociedade civil moçambicana receia que a implantação do ProSavana leve ao empobrecimento das comunidades rurais e redução de alternativas de sobrevivência, gerando um êxodo dessa população para as áreas urbanas. Teme-se ainda o agravamento da situação de insegurança alimentar e redução da qualidade de vida dos camponeses, em um quadro de perda progressiva de seus direitos consuetudinários sobre a terra, o aumento da corrupção e de conflitos de interesse. As preocupações se dão também em torno de questões ambientais, como a possibilidade de poluição de recursos hídricos, empobrecimento do solo a partir do uso excessivo de pesticidas e fertilizantes químicos, desmatamentos de extensas áreas para produção, conseqüente desequilíbrio ecológico e redução do bioma.

Através de uma *Carta Aberta das Organizações e Movimentos Sociais Moçambicanas*, dirigida aos Presidentes de Moçambique, Brasil e Primeiro-Ministro do Japão, divulgada em maio de 2013, tais organizações pediram pela suspensão e revisão imediata do programa, devido aos possíveis impactos deste, elencados acima. Sugerem ainda aos representantes dos três países,

Que mandem tomar todas as medidas necessárias para suspensão imediata de todas as acções e projectos em curso nas savanas tropicais do Corredor de Desenvolvimento de Nacala no âmbito da implementação do Programa ProSavana; Que o Governo de Moçambique mande instaurar um mecanismo inclusivo e democrático de construção de um diálogo oficial amplo com todos os sectores da sociedade moçambicana, particularmente camponeses e camponesas, povos do meio rural, comunidades do Corredor, organizações religiosas e da sociedade civil com o objectivo de definir as suas reais necessidades, aspirações e prioridades da matriz e agenda de desenvolvimento soberano; Que todos os recursos humanos, materiais e financeiros alocados ao Programa ProSavana sejam realocados na definição e implementação de um Plano Nacional de Apoio a Agricultura Familiar sustentável (sistema familiar), defendido há mais de duas décadas pelas famílias camponesas de toda a República de Moçambique, com o objectivo de

⁹Como destaca Thomaz (2008), desde a independência do país boa parte da população moçambicana tem sido alvo de deslocamentos forçados, seja como resultado de projetos de desenvolvimento específicos, como ações repressivas do antigo regime socialista, ou ainda em razão da guerra civil que assolou o país por mais de uma década. “A experiência da desterritorialização acompanha assim a memória de parte significativa da população moçambicana” (p. 178). Tal experiência histórica e o caso recente do reassentamento de mais de 700 famílias realizado na região de Moatize, para que minas de carvão fossem exploradas pela Vale, justificam o temor da sociedade civil moçambicana quanto à possibilidade de novos reassentamentos.

apoiar e garantir a soberania alimentar de mais de 16 milhões de moçambicanos que têm na agricultura o seu principal meio de vida; Que o Governo moçambicano priorize a soberania alimentar, agricultura de conservação e agroecológica como as únicas soluções sustentáveis para a redução da fome e promoção da alimentação adequada; Que o Governo moçambicano adote políticas para o sector agrário centradas no apoio à agricultura camponesa, cujas prioridades assentam-se no acesso ao crédito rural, serviços de extensão agrária, sistemas de irrigação, valorização das sementes nativas e resistentes às mudanças climáticas, infra-estruturas rurais ligadas a criação de capacidade produtiva e políticas de apoio e incentivo à comercialização rural (Carta Aberta das Organizações e Movimentos Sociais Moçambicanas, 2013)

Não havendo uma resposta direta aos problemas pontuados na *Carta Aberta*, o ano que se seguiu à sua publicação foi marcado pelo aumento das críticas em torno da ausência de transparência e de um processo participativo na formulação do ProSavana, inclusive por organizações internacionais¹⁰. A Plataforma Provincial da Sociedade Civil de Nampula, por exemplo, emitiu um comunicado de imprensa, em outubro de 2013, no qual reitera a *Carta Aberta* e o posicionamento a favor da suspensão do programa nos moldes como este vinha se desenvolvendo, denunciando ainda “acções manipulativas e intimidatórias movidas pelos proponentes do ProSAVANA, manifestas por tentativas de dividir, segmentar e fragilizar a SC [Sociedade Civil] Moçambicana”¹¹.

Mesmo com a realização de uma reunião entre representantes governamentais e líderes das principais organizações manifestantes em abril de 2014, os protestos não terminaram. Denominado *Seminário de Divulgação dos Resultados de Investigação Agrária no Corredor de Nacala*, esta reunião realizada em Nampula foi caracterizada pelos manifestantes como “a última ofensiva de silenciamento e captura da pauta de reivindicação e luta das organizações da sociedade civil e movimentos sociais de Moçambique”, uma vez que acontecia em um momento no qual o *Plano Diretor* já estaria possivelmente concluído e aprovado pelo Ministério da Agricultura. Segundo a ADECRU – Acção Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais,

O seminário de Nampula faz parte de um conjunto mais amplo de acções que vem sendo desenvolvidas pela Coordenação do Prosavana visando contrapor esta tendência e aniquilar a resistência das Comunidades do Corredor de Nacala, OSC [Organizações da Sociedade Civil] e Movimentos Sociais. A estratégia passa por: (i) intimidação e cooptação de líderes das comunidades, das OSC e Movimentos Sociais, incluindo activistas; (ii) obrigação das OSC, Movimentos Sociais e líderes das diferentes comunidades do Corredor de Nacala a assinarem actas de supostas consultas que posteriormente são usadas em espaços nacionais e internacionais como resultados de um diálogo com estas entidades e evidências de legitimação do

¹⁰ Denúncias foram feitas por exemplo pela ONG brasileira FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação) e por organizações da sociedade civil japonesa que se posicionaram em apoio a suspensão do programa.

¹¹ Disponível em <http://farmlandgrab.org/post/view/22645#sthash.5RiLT6sk.dpuf>

Prosavana; (iii) uma ampla propaganda nas comunidades do Corredor de Nacala traduzida em promessas de benefícios materiais e financeiros resultantes do ProSavana; (iv) tentativa de cooptação de académicos e instituições de pesquisa nacionais e internacionais para contraporem às críticas e demandas soberanas apresentadas pelos povos de Moçambique, Brasil e Japão; (v) infiltração de agentes estranhos nas OSC e Movimentos Sociais para desvirtuar a resistência contra o Prosavana e aniquilação das estratégias de luta¹².

Em resposta a tal situação nove entidades da sociedade civil moçambicana lançam a campanha *Não ao ProSavana*, visando construir uma agenda pública de luta. O objetivo principal seria deter as ações e projetos do programa já em curso, assim como responsabilizar estados e agências internacionais envolvidas no ProSavana (através de mecanismos legais e junto de instituições extrajudiciais) pela denegação de informação de um programa de interesse público, exigindo assim do governo de Moçambique “a instauração de um mecanismo inclusivo, amplo e democrático de construção de um diálogo oficial com todos os sectores da sociedade moçambicana”.

Um ano após a submissão e publicação da Carta Aberta para Deter e Reflectir de Forma Urgente o Programa ProSavana, esta permanece sem resposta. Contra todas as críticas e exigências de vários segmentos da sociedade moçambicana, o ProSavana continua a ser implementado nos moldes corporativos e perversos em que foi concebido. O governo moçambicano, através do Ministério da Agricultura, continua a ignorar as demandas e justas reivindicações de moçambicanos e moçambicanas levantadas em torno deste programa. Com muita apreensão temos assistido a permanência de secretismo, omissão, manipulação e deturpação deliberada e contraditória de documentos, a multiplicação de intimidações e manipulação dos líderes das organizações camponesas, representantes dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e activistas, protagonizadas pelos proponentes e executores do Prosavana. Para impedir situações de neocolonialismo expressas através do avanço do ProSavana e das multinacionais sobre os territórios camponeses anunciamos, publicamente, hoje, 02 de Junho de 2014, a CAMPANHA NACIONAL NÃO AO PROSAVANA como parte de um processo mais amplo de endurecimento da nossa luta numa mobilização conjunta das organizações da sociedade civil e movimentos de camponeses em defesa dos recursos naturais e contra a agressão, usurpação, mercantilização e possível privatização da terra (UNAC, Campanha Nacional Não ao ProSavana, 2014).

Em resposta a esta série de críticas e demandas das comunidades do corredor de Nacala, das associações da sociedade civil moçambicanas e também de entidades internacionais, o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar, em representação dos governos do Brasil e Japão, convocou e realizou as chamadas *Reuniões de Auscultação Pública sobre o Draft Zero do Plano Diretor do ProSavana*, entre os dias 20 a 29 de abril de 2015. No entanto, o processo das auscultações tornaram a situação ainda mais conflituosa, havendo casos mesmo em que camponeses chegaram a

¹² Disponível em <http://farmlandgrab.org/23401>

abandonar as reuniões por não terem seus questionamentos respondidos¹³. Os questionamentos iniciam-se pelo fato de que as auscultações foram na verdade mais uma apresentação de mais uma versão já pronta do *Plano Diretor* (o chamado *Draft Zero*), sem que se instaurassem diálogos “democráticos, transparente e inclusivo na definição das prioridades de desenvolvimento da agricultura do país”, solicitados na *Carta Aberta* de dois anos atrás, tivessem sido realizados.

Assinada por mais sessenta organizações do país e internacionais, uma *Chamada dos Povos para Invalidação Imediata da “Auscultação Pública do Plano Diretor do Prosavana”*, publicada em junho de 2015, destacava que durante o processo de auscultação ocorreram: a omissão da base-jurídico legal da reunião, “ignorando os instrumentos legais que definem as diretrizes que orientam as consultas públicas e asseguram a máxima divulgação, ampla participação democrática, disponibilização e acessibilidade de informação adequada, representatividade, independência, funcionalidade, negociação e responsabilidade”; a violações dos princípios constitucionais, ao se exigir o registro prévio dos participantes; obstrução da participação de organizações de camponeses e da sociedade civil (atrasos, mudanças de datas e locais, seleção dos participantes); a maior participação de funcionários públicos e representantes do partido no poder, previamente selecionados para evitar a intervenção de participantes com dúvidas em relação ao programa; a realização prévia de encontros fechados para mobilização e instrumentalização dos participantes locais a favor do ProSavana; a intimidação e criação de um ambiente de opressão aos camponeses pela presença de elementos de segurança fardados e armados; a ameaça e perseguição aos camponeses que manifestaram objeção ao ProSavana; o entendimento impossível do conteúdo do *Draft Zero do Plano Diretor* pela falta de disponibilidade do texto, tempo e explicação inapropriada e desviada.

O documento ainda assinala três aspectos técnico-metodológicos do *Draft Zero do Plano Diretor*, considerados problemáticos: 1) A agricultura dos camponeses locais é colocada como principal culpada para os problemas da região; 2) As consequências negativas geradas pela visão de “culturas de rendimento”; 3) A negligência em relação ao principal caráter da Lei de Terras de Moçambique e das Diretrizes Voluntárias sobre

¹³Ver “Comunidades rejeitam a implementação do ProSAVANA e abandonam a sala de reunião de auscultação pública em Malema”. Disponível em <https://adecru.wordpress.com/2015/04/30/comunidades-rejeitam-a-implementacao-do-prosavana-e-abandonam-a-sala-de-reuniao-de-auscultacao-publica-em-malema/>.

a Governação Responsável da Posse de Terra, Pescas e Florestas (FGGT), desenvolvidas pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

Apoio Técnico para o Desenvolvimento: máquina política?

A partir da análise das mudanças no discurso dos promotores do ProSavana, Funada-Classen (2013) destaca que a falta de transparência e de responsabilização apontada pelos críticos do programa tem origem no fato de este empreendimento, antes de ser um programa de desenvolvimento local, ter sido moldado enquanto um projeto político, diplomático e comercial. Ele seria primeiramente “uma maneira de Japão e Brasil trabalharem juntos para alcançar uma reforma da ONU, participarem de novas estruturas políticas e econômicas globais, como BRICS e o G20, e promoverem conjuntamente a extração e produção de bens” (Funada-Classen, 2013, p. 3).

Ao utilizar-se de expressões como, “terra não utilizada”, “baixa produtividade”, “pobreza”, “falta de alimentos” os técnicos estariam fazendo “afirmações com base em observação de dados ao nível macro, pressupostos e imagens utilizadas sem qualquer pesquisa de campo, nem discussões sobre como vivem os habitantes locais” (Funada-Classen, 2013, p.35). As consequências, afirma a autora, poderiam ser observadas na lacuna criada entre o discurso produzido pelos promotores do programa e a realidade local encontrada nas primeiras visitas à região.

Tal análise sobre o discurso do ProSavana e as demandas da sociedade civil moçambicana ressoam com a principal questão deste trabalho: como ao eclipsar questões como direito a terra, distribuição da produção agrícola, impactos socioambientais, falta de transparência, ocultamento de informações e seus possíveis efeitos, a transferência de tecnologia para o desenvolvimento, levada adiante e justificada a partir de uma razão eminentemente técnica, torna-se também instância de produção de questões políticas? A partir do caso do ProSavana questiono, portanto, de que maneira determinadas questões são produzidas como relevantes, sendo realçadas em determinado nível discursivo, ou como são eclipsadas por outras problemáticas produzidas no embate das relações de poder criadas a partir da intervenção de um grande programa de cooperação internacional.

O campo de debate que embasa esta pesquisa parte principalmente de uma literatura sobre programas desenvolvimento (Ferguson, 1994; Escobar, 2001; Li, 2007; Mitchell, 2007; Scott, 1998; Gupta, 1998; Mosse, 2005) de inspiração foucaultiana

produzida a partir dos anos 90, que busca analisar grandes projetos de desenvolvimento a partir dos múltiplos processos que os constituem como um aparato transnacional de governamentalidade, isto é, não como um conjunto abstrato de proposições filosóficas e científicas, mas enquanto um elaborado mecanismo que faz algo.

Tal abordagem foi inicialmente proposta por Ferguson (1994) em sua etnografia de um grande projeto de desenvolvimento rural implementado em Lesoto – o Thaba-Tseka Mountain Area Development Project. Segundo o autor, através de um discurso comum, uma mesma maneira de definir problemas, um grupo de experts e um estoque comum de expertise diversos projetos da “indústria do desenvolvimento” estariam se espalhando por quase todo o chamado “Terceiro Mundo”. Outra característica análoga a estes projetos seria o quase incessante fracasso em alcançar seus objetivos.

Ferguson destaca, porém, que o caráter produtivo das intervenções das agências de desenvolvimento, interessantes à observação antropológica, estaria não no que elas não fazem, ou no que deveriam fazer, mas no que de fato criam com sua intervenção. Os efeitos destes projetos iriam além do que os técnicos compreendiam como falha. No caso observado pelo autor, resultados que a princípio apareciam como meros efeitos colaterais de uma tentativa frustrada de projetar uma transformação econômica tornavam-se legíveis em outra perspectiva como elementos instrumentais, cujos efeitos ampliaram o exercício da burocracia estatal. Simultaneamente, criou-se um mecanismo de despolitização da pobreza: uma “máquina anti-política” que insistentemente repunha questões políticas sobre terra, recursos, trabalho, salários como problemas técnicos que poderiam ser resolvidos com a correta intervenção do aparato de desenvolvimento.

O trabalho de Ferguson foi precursor de muitas outras análises voltadas para o caráter produtivo do aparato de desenvolvimento. Escobar (1995), por exemplo, trata das dinâmicas do discurso e do poder na representação de países da África, Ásia e América Latina no pós 2^a guerra mundial, quando estes passam a ser categorizados e a se reconhecer como “subdesenvolvidos” ou “terceiro mundo”. O autor examina a conformação de um novo modo de pensar a vida social e econômica nestes países, assim como a internacionalização de um aparato institucional através do qual o discurso do “desenvolvimento” passa a operar.

Já Mosse (2005), atem-se à produção e manutenção do “sucesso” de determinados programas de desenvolvimento. Argumenta que “intervenções para o desenvolvimento tratam principalmente sobre como estabelecer, promover e defender interpretações significativas (de ações e eventos) e, além disso, são um trabalho social

tanto quanto conceitual” (Mosse, 2005, p.XII, tradução minha). O sucesso de um empreendimento, portanto, seria resultado da manutenção de redes de apoio a este, constituindo uma “comunidade interpretativa” sobre o projeto. O desafio etnográfico estaria em apontar como tais composições são produzidas, mostrando assim como o aparato de desenvolvimento opera.

No âmbito deste trabalho tomo como premissa a análise feita por Li (2007) a respeito da problemática mais geral dos esquemas de *improvement*, enquanto mecanismo de desenvolvimento que emerge de uma racionalidade governamental focada no bem estar das populações. Buscando compreender a racionalidade destes esquemas – o que tentam mudar, os cálculos que aplicam, os efeitos que produzem conforme se intersectam com outros processos de modo a formatar conjunturas particulares – Li chama a atenção para uma inevitável lacuna entre o que é pretendido e o que é realizado por estes modelos.

Sua etnografia volta-se para o *will to improve*, um mecanismo situado nas práticas de governo descritas por Foucault. Melhorar as condições de uma população implicaria no exercício de uma racionalidade governamental distinta, que se ocupa da maneira correta de dispor as coisas, para atingir uma série de finalidades específicas, através de múltiplas táticas. Intervenções específicas são elaboradas, assim, primeiramente por meio da problematização de determinados fenômenos, identificando deficiências que precisariam ser retificada. Em segundo lugar, através de um conjunto de práticas a que a autora denomina *rendering technical*, cujo objetivo seria representar o domínio a ser governado como um campo inteligível, com características e limites definidos, sobre o qual determinadas técnicas podem atuar.

No caso do ProSavana, por exemplo, este mecanismo pode ser observado na forma como questões sobre o modo de produção agrícola camponês (tradicional, através de um sistema de pousio, baseado principalmente na produção de alimentos para subsistência, a partir de direitos consuetudinários sobre a terra) são recolocadas como um problema de uso inadequado dos recursos existentes, que poderia ser corrigido por investimentos e técnicas eficazes. Um sistema “extensivo” que pode ser transformado em “intensivo” a partir do uso de sementes modificadas, fertilizantes, defensivos, etc.

Para Li, uma importante dimensão do processo de tornar técnico é que este implica simultaneamente tornar não político, uma vez que os técnicos encarregados pelo *improvement* excluiriam relações político-econômicas de seu diagnóstico e de suas prescrições. Seu foco estaria nas capacidades dos pobres, mais do que nas relações pelas

quais determinados grupos empobrecem outros. Trata-se da operação da mesma “máquina anti-política” descrita por Ferguson, que insistentemente repõe questões políticas sobre terra, recursos, trabalho, salários como problemas técnicos que poderiam ser resolvidos com a correta intervenção de um aparato de desenvolvimento¹⁴.

A proposta analítica de Li é a de realizar uma conversão destas questões no sentido oposto: nas condições em que o discurso dos especialistas é perpassado por um desafio que não podem conter; nos momentos em que os alvos dos esquemas de desenvolvimento revelam sua própria análise crítica do problema com que se deparam. Assim, a autora propõe ir além da problemática colocada por Scott (2007): porque alguns esquemas elaborados para melhorar a condição humana falharam?

Tratando da forma como o Estado acessa a população a que busca governar, Scott destaca a produção de um mecanismo de legibilidade como condição primordial para qualquer intervenção estatal – desde a vacinação de uma população, até a captura de criminosos, passando pela uniformização de medidas e de um idioma. Trata-se de um processo de estabilização da complexidade dessa população que, no entanto, torna o fenômeno que está no centro do campo de intervenção mais suscetível a uma mensuração cuidadosa. São mecanismos, por exemplo, como o “zoneamento” realizados pelos técnicos do ProSavana que têm esquadrihado o território do Corredor de Nacala, classificando-o em diferentes “classes de gestão agrícola”¹⁵, para a formação dos conglomerados de produção.

Mecanismos como o zoneamento e a formação de conglomerados criam um mapa cadastral (Scott, 1998): um modelo de observação que visa criar inteligibilidade sobre uma população por meio de um determinado recorte desta, estabilizando sua complexidade para melhor acessá-la. Trata-se de uma forma de escalonar, padronizar e categorizar uma população, não por um processo de redução de sua complexidade, mas fixando-a, para produzir, enfim, uma população “visível” ao aparato de governo.

O principal argumento de Scott, entretanto, é que os Estados constroem tais modelos simplificadores do mundo que eles gostariam de controlar e melhorar, porém, falham na mesma proporção de sua capacidade em prevenir que as pessoas apliquem o

¹⁴ Similarmente, Mitchell (2002) descreve práticas discursivas do aparato de governo de experts no Egito, que traduziam questões de pobreza, falta de terras e fome enquanto questões de saúde pública, a serem resolvidas por intervenções técnicas sobre determinadas relações sociais e de higiene.

¹⁵ Zona I – Abastecimento de alimentos para a área portuária de Nacala e culturas de valor; Zona II – Centro de Agronegócios do Leste do Corredor de Nacala; Zona III – Desenvolvimento de Silos no Corredor de Nacala; Zona IV – Produção de Culturas Especiais de Alto Valor; Zona V – Centro de Logística e Processamento de Commodities; Zona VI – Cadeias de Culturas especiais e Alto Valor.

conhecimento prático produzido cotidianamente. Li (2005) concorda que os regimes de governo operam da forma, pelos motivos e com as consequências que Scott aponta. Contudo, ressalta que os “esquemas para melhorar a condição humana” não tomam a forma altamente visível e estratificada apontada pelo autor. Seria preciso olhar além dos grandes planos, de maneira a observar também os lugares e conjunturas em que estes se intervêm.

Uma vez que no próprio modelo de desenvolvimento do ProSavana já se enuncia a prioridade da técnica como *will to improve* que operacionaliza o programa, ao mesmo tempo em que questões de cunho político – propriedade das terras, distribuição da produção, impactos socioambientais, ocultamento de informações – ficam eclipsadas, a partir da problemática singular trazida pela chegada do modelo do agronegócio brasileiro a Moçambique e da reposição de uma problemática política feita pelas organizações e movimentos sociais críticos ao programa, questiono os possíveis limites da máquina anti-política do aparato de desenvolvimento e de seus mecanismos de *redering technical* descritos acima.

Mais do que mostrar processos de construção de hegemonia em que determinados grupos subalternizam outros, como faz Li, a hipótese deste trabalho é que, no caso abordado, a mobilização de determinadas técnicas em detrimento de outras não se separa da produção de resistências políticas, como apontam os posicionamentos dos camponeses e sociedade civil moçambicana elencados acima.

Mecanismos de eclipsamento da tecnologia para o desenvolvimento: o avanço dos processos de land grabbing.

Uma abordagem etnográfica de um programa de cooperação para o desenvolvimento “remete de modo especialmente contundente à questão da escala, ou do trânsito entre o plano micro da prática etnográfica e o plano macro de processos mais gerais” (Cesarino, 2014, p.20). Neste sentido, busco enfim analisar a problemática da transferência de tecnologia enunciada pelo ProSavana enquanto um processo por meio do qual questões singulares são eclipsadas ou elicitadas a partir da perspectiva de uma

escala que se escolha observar. No movimento de colocar informações em evidência, que questões ficam eclipsadas¹⁶? (Strathern, 2000).

No caso descrito, muitas poderiam ser as abordagens escolhidas para um deslocamento de perspectiva que permita tratar desse mecanismo de eclipsamento, por exemplo, como o domínio “savana” sofreu variações em seu uso – como categoria climática que engloba o bioma do cerrado, ou como uma classificação relativa à produtividade do solo – conforme as motivações dos promotores do programa (mudança de domínio). Ou como a noção de segurança alimentar se desloca de um problema regional, para uma necessidade global que legitima a intervenção do programa de desenvolvimento (mudança de magnitude).

No âmbito desse trabalho, destaco o modo como ao descrever o problema da região do Corredor de Nacala como técnico – a produção dos agricultores de pequeno e médio porte estaria limitada devido a sua aderência a práticas agrícolas tradicionais – a problemática do direito à terra e da distribuição da produção agrícola ficam eclipsados pelo discurso dos promotores do ProSavana. Para tanto parto dos problemas técnico-metodológicos apontados pelos próprios manifestantes críticos ao ProSavana, elencados acima, de modo a produzir um deslocamento em relação a perspectiva dos promotores do programa, que permita trazer a superfície tais problemáticas políticas eclipsadas.

A primeira questão técnico-metodológica a que chamam a atenção é justamente o fato de os técnicos responsabilizarem o modelo agrícola atualmente desenvolvido na região pelos camponeses como o responsável pela baixa produtividade do setor:

Nesta área, muita terra agrícola não está ainda desenvolvida, e agricultores de pequena escala utilizam técnicas agrícolas tradicionais e extensivas, e portanto a produtividade de culturas de consumo próprio e comerciais é baixa. Mesmo para agricultores de média e grande escala, o uso de tecnologias agrícolas é limitado, e

¹⁶ Segundo Strathern (2000) entre o antropólogo e o auditor (acrescento à lista o técnico de desenvolvimento, o gestor da ONG e o ativista do movimento social) existe algo em comum: o modo como estes produzem conhecimento, privilegiando a produção de cada vez mais informação e sua contínua comunicabilidade, em um esforço constante para manter a visibilidade sobre esta. Segundo a autora, enquanto membros de um mundo “euro-americano” estaríamos tão habituados a utilizar a descrição como um artefato de visibilidade, que muitas vezes encaramos como dado que estrutura social, valores culturais, modos de organização são elementos visíveis enquanto tais, tanto para o observador quanto para aqueles a que se observa e nestes mesmos termos. Mecanismos de scalling como contextualizações, criação de domínios, analogias, comparações em geral, implicariam, portanto, em organizar, eclipsar ou realçar determinados elementos, com base em matrizes relacionais já estabelecidas (Cesarino, 2014). O desafio da descrição antropológica estaria, assim, em criar uma perspectiva sobre os fenômenos analisados que não replique os escalonamentos do técnico, do gestor, do auditor, do ativista, mas que possa criar um deslocamento de perspectiva que permita ver outros elementos ao abordar os mecanismos de scalling produzidos tanto pelos atores em campo, quanto aqueles criados pelo antropólogo em sua análise.

sua produtividade não é muito alta. Portanto, o fortalecimento das áreas agrícolas por meio da introdução de tecnologia apropriada e por meio de investimentos irá aumentar significativamente a produtividade e a quantidade produzida (ProSAVANA-PD, 2012, p. 1).

Embora 80% da população esteja engajada na agricultura, eles são forçados a permanecer em uma agricultura de subsistência de baixo uso de insumos e baixa produtividade, dessa forma sofrendo com a pobreza. Pelo contrário, cerca de 70% da terra de Moçambique (540.000 km²) é categorizada como região de savana tropical e permanece vastamente inutilizada e adequada pra a agricultura (JICA, 2011, apud Funada- Classen, 2013, p.10).

Como destaca Funada-Classen (2013), “a análise de Moçambique através de índices macro estatísticos dá a impressão que o setor agrícola do país se encontra estagnado” (p.10). As terras “inutilizadas” são aquelas que os camponeses cultivam sob um regime de pousio, referenciado em um modelo de produção de base tradicional e agroecológica, destacado por estes como “o principal fator de conservação dos solos e por via disso do aumento da produtividade, como vários estudos constataram os ganhos obtidos nas duas últimas décadas nas culturas de milho, feijões e amendoim”¹⁷.

O modelo agrícola trazido pelo ProSavana, no entanto, se dá a partir da produção de culturas de rendimento – o segundo caráter técnico-metodológico criticado pelos manifestantes – como a soja e o algodão. Trata-se da tecnologia de agricultura tropical em larga escala desenvolvida pelo Brasil, que como apontam Nogueira e Ollinaho (2013) se adequa somente a certos tipos de modelos agrícolas, notavelmente ao agronegócio de grande escala, além de ser altamente depende do uso de insumos (sementes, fertilizantes, pesticidas) certificados por grandes empresas agrícolas. Nesse sentido, destacam os autores, não é coincidência que o *Plano Diretor* não inclua projetos que empreguem sistemas agroecológicos (como o uso de fertilizantes orgânicos e de sementes nativas melhoradas), nos quais o Brasil também possui uma boa base de conhecimentos.

A produção baseada no monocultivo de culturas de rendimento atrai não só grandes fazendeiros, mas empresas multinacionais de máquinas, equipamentos, insumos agrícolas, visando principalmente o mercado de exportação de commodities, “estando o programa extraoficialmente ligado a um grande número de investimentos em infraestrutura realizados no corredor” (Morais, 2013, p.4).

¹⁷ Ver “Chamada dos povos para invalidação imediata da Auscultação Pública do Plano Diretor”. Disponível em <https://adecru.wordpress.com/2015/06/04/chamada-dos-povos-para-invalidacao-imediata-da-auscultacao-publica-do-plano-director-do-prosavana/#more-356>

O ProSAVANA é apresentado como um programa de desenvolvimento/ajuda, mas a versão do Plano Director que chegou às mãos da sociedade civil deixa claro que é simplesmente um plano de negócios para a aquisição do controlo da agricultura em Moçambique por parte das grandes empresas. (...) É revelador que apenas um dos sete clusters no Plano Director é voltado para os pequenos agricultores e a produção de alimentos para o sustento da família. E este cluster propõe apenas o mesmo e velho modelo de desenvolvimento proposto pela fracassada revolução verde. O Plano Director não perde nenhum tempo nem energia com as necessidades e capacidades dos camponeses no Corredor de Nacala. As grandes empresas são os grandes beneficiários deste Plano Director. Vão ter o controlo sobre a terra e a produção e vão controlar o comércio dos alimentos produzidos, que serão exportados ao longo das estradas, ferrovias e o porto de Nacala que outras empresas estrangeiras serão pagas para construir com recursos públicos de Moçambique e do Japão. Empresas estrangeiras de sementes, pesticidas e fertilizantes vão também fazer um negócio da China com esta enorme expansão da agricultura industrial África adentro¹⁸.

Como destaca o artigo da ONG moçambicana Justiça Ambiental, citado acima, o *Plano Director* estaria considerando os camponeses apenas na medida em que estes podem contribuir com o agronegócio. E isto se resumiria em duas diretivas: 1) Afastá-los da agricultura itinerante e de técnicas tradicionais de gestão de terras, fazendo-os adotar técnicas de cultivo intensivo, e pela concessão de títulos de propriedade privada; 2) Empurrar os agricultores para um regime de produção por contrato com empresas agrícolas e transformadoras.

Chega-se então à terceira problemática técnico-metodológica: o ProSavana pode levar à perda progressiva dos direitos dos camponeses sobre suas terras, negligenciando a Lei de Terras do país. Como foi dito, o modelo técnico previsto no ProSavana cria medidas de fixação do camponês à terra e o vincula à cadeia produtiva do agronegócio, através de regimes de trabalho sob contrato¹⁹. Críticos a esse modelo, no entanto, destacam que este pode gerar riscos como dependência e endividamento para os agricultores que se submetem este tipo de produção, e a exclusão e empobrecimento daqueles que não conseguem se integrar. Além disso, podem ser geradas situações de insegurança alimentar devido ao incentivo do cultivo de monoculturas para a exportação, em detrimento de culturas alimentares para o mercado local.

Apesar de não propor diretamente a tomada das terras dos camponeses, tais a mudança nos modos de produção agrícola que os transforma progressivamente em trabalhadores assalariados prestadores de um serviço, portanto, podem levar a perda de

¹⁸ Disponível em <http://farmlandgrab.org/22022>

¹⁹ Este se baseia em um acordo entre os produtores locais e uma empresa de maior escala que, enquanto compradora, estabelece condições de produção e de mercado. Um conjunto de produtores locais, portanto, fornece uma determinada commodity, conforme condições previamente estabelecidas em um contrato (um determinado padrão de qualidade do produto), além de receberem insumos e suporte técnico, cujos valores são descontados no preço final da mercadoria.

suas terras devido ao endividamento para a obtenção de máquinas e insumos. Da mesma forma, a fixação dos agricultores em uma parcela da terra (ainda que através da concessão de DUATs por parte do governo moçambicano), libera parte destas para a produção de monoculturas para a exportação.

Uma vez que na atual conjuntura “Os camponeses asseguram que do centro do corredor de Nacala até Namula não existe área contínua com mais de dez hectares desocupada” (Schlesinger, 2013, p.46), com a sedentarização do modo de cultivo destes agricultores, através de regimes de trabalho por contrato, será possível encontrar as terras descritas como “disponíveis” pelos promotores do programa. Nota-se que mais uma vez a lógica da transferência de determinada técnica se sobrepõe a uma problemática de caráter político – a apropriação das terras.

Trata-se de um fenômeno que tem ocorrido em muitos outros contextos, conforme apontado por diversos estudos²⁰ denominado *land grabbing* (açambarcamento de terras), gerado principalmente pela integração de populações camponesas a um regime de trabalho sob contrato com grandes empresas do agronegócio, conforme descrito acima. Incentivado inclusive em relatórios do Banco Mundial como o *Rising Global Interest in Farmland: Can it Yield Sustainable and Equitable Benefits? (RGIF)*, este processo de aquisição de terras em larga escala por tais empresas é geralmente descrito como um possível veículo para a redução da pobreza, uma vez que atuariam através de três mecanismos principais: a geração de empregos para trabalhadores assalariados, novas oportunidades para agricultores contratados (contract farmers) e pelo pagamento de arrendamentos ou pela compra das terras.

No entanto, como analisa Li (2011), por meio dos dados trazidos por este mesmo relatório, a redução da pobreza através dessa política é um resultado bastante improvável. O que frequentemente se vê, destaca a autora, são situações em que as pessoas são deslocadas de suas fazendas “ineficientes”, em um contexto no qual um sistema capitalista generalizado deixa de proporcionar-lhes um meio de subsistência alternativo ou um salário decente.

O RGIF também segue o formato que eu em outro lugar denominei *rendering technical*. Ele toma um problema político-econômico complexo, dirigido por um poder desigual, e analisa-o a partir de componentes que podem ser vinculados a

²⁰ Sobre esta discussão, consultar CLEMENTS, Elizabeth Alice; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Land Grabbing, Agribusiness and the Peasantry in Brazil and Mozambique*. Agrarian South: Journal of Political Economy, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 41-69, e também Li, T. M. (2011). *Centring labor in the land grab debate*. The Journal of Peasant Studies, v. 38, n. 2, p. 281-298.

meios técnicos. Os meios técnicos, neste caso, são tomados principalmente a partir do kit de ferramentas de “boa governança”: informação, escolha, preços, a lei e a transparência. Assim, a lista formidável de problemas relacionados com a aquisição de terras em larga escala que são identificados no relatório – problemas que derivam da capacidade do capital nacional e transnacional em conluio com regimes vorazes para causar estragos nas vidas de populações rurais – são reduzidos a “fraquezas no quadro institucional e político”, questões técnicas que podem “ser abordadas no curto prazo”. (...) Seria preciso muito mais do que exemplos de “boas práticas”, códigos de conduta, regulamentos, normas ambientais, títulos documentados, ou acordos juridicamente vinculativos para mudar esta situação. (...) Isto porque a garantia de uma vida decente, onde existe, é resultado de duras lutas travadas, que colocam a questão no terreno da política, onde os grupos sociais com interesses diferentes se confrontam (Li, 2011, p.292). Tradução minha.

É um processo que também ocorre no Brasil onde “a grilagem de terras é um processo histórico. Iniciado em meados do século XIX, com a instituição da propriedade privada da terra e que continua em curso, resultando na criação de um sistema altamente concentrado da propriedade da terra” (Clementes e Fernandes, 2013, p.1-2). Contexto no qual povos indígenas e comunidades tradicionais, assim como pequenos agricultores, têm suas terras sucessivamente apropriadas pelo agronegócio ou pela construção de grandes empreendimentos do aparato de desenvolvimento (hidrelétricas, rodovias, etc.), gerando intrincados conflitos locais. Neste sentido, pode-se dizer, como colocou o Ministro da Agricultura moçambicano, que com o ProSavana, a transferência de tecnologia para o desenvolvimento agrícola no corredor de Nacala, poderá vir “repetir em Moçambique, o que eles fizeram no cerrado 30 anos atrás”.

Referências Bibliográficas

- CESARINO, L. *South-South cooperation across the Atlantic: emerging interfaces in international development and technology transfer in agriculture*. Tese (Doutorado em Antropologia). University of California, Berkeley, 2013.
- _____. *Antropologia multissituada e a questão da escala: reflexões com base no estudo da cooperação sul-sul brasileira*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 20, n. 41, p. 19-50, 2014.
- CLEMENTS, E. A.; FERNANDES, B. M. Land Grabbing, Agribusiness and the Peasantry in Brazil and Mozambique. *Agrarian South: Journal of Political Economy*, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 41-69, abr. 2013.
- ESCOBAR, A. *Encountering development: the making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- FERGUSON, J. *The anti-politics machine: “development”, depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994
- FUNADA-CLASSEN, S. *Análise do discurso e dos antecedentes do programa ProSavana em Moçambique: enfoque no papel do Japão*. Tóquio, 2013. Disponível

- emhttp://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/files/An%C3%A1lise%20do%20Discurso%20do%20ProSAVANA%20(Funada).pdf. Acesso em janeiro de 2014.
- GUPTA, A. *Postcolonial Developments: agriculture in the making of modern India*. Durhan & London: Duke University Press, 1998.
- INOCENCIO, M. E. *As tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado: o Prodecer*. Tese (Doctorado em Geografia) Universidade Federal de Goiás, 2010.
- LI, T. M. *The will to improve: governmentality, development and the practice of politics*. Durham and London: Duke University Press, 2007.
- _____. *Beyond “the State” and failed schemes*. American Anthropologist, vol.117, n. 3, 2005, p. 383-394.
- _____. *Centring labor in the land grab debate*. The Journal of Peasant Studies, 2011, v. 38, n. 2, p. 281-298.
- MITCHELL, T. *The rule of experts: Egypt, techno-politics, modernity*. Berkley & Los Angeles, California: University of California Press, 2002.
- MOSSE, D. *Cultivating development: an ethnography of aid policy and practice*. London: Pluto Press, 2005.
- NOGUEIRA, I; OLLINAHO, O. *From rhetoric to practice in south-south Development cooperation: a case study of Brazilian interventions in the Nacala Corridor Development Program*. Institute of Socioeconomics. University of Geneva. Working Paper, 2013.
- ORAM. *Sustentabilidade e coexistência pacífica no uso e aproveitamento da terra em Moçambique: os contornos do ProSavana*. Maputo, 2012.
- PROSAVANA-TEC. *Projeto de Melhoria da Capacidade de Pesquisa e de Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Agricultura no Corredor de Nacala em Moçambique – Resumo Executivo*. ABC e EMBRAPA, 2011.
- SCHLESINGER, S. *Cooperação e investimentos do Brasil na África: o caso do ProSavana em Moçambique*. Maputo: FASE, 2013.
- SCOTT, J. *Seeing like a State: how certain schemes to improve the human condition have failed*. London: Yale University Press, 1998.
- STRATHERN, M. *Partial Connections*. Walnut Creek, CA: Altamira Press – Rowman & Littlefield Publishers, 2004.
- _____. *The tyranny of transparency*. British Educational Research Journal, vol. 26, n. 3, 2000.